

# A distribuição da renda

13/83

**IGNÁCIO M. RANGEL**

A primeira etapa da industrialização do Brasil, a pique de encerrar-se, com a presente crise, teve lugar nas condições de uma estrutura agrária ainda feudal, mas em cujo seio desenvolvia-se o capitalismo agrícola. Isso tinha como consequência a liberação maciça de mão-de-obra rural e uma crescente urbanização, em óbvio descompasso com a criação de demanda de força de trabalho na cidade. Uma forte e crescente desigualdade na distribuição da renda estava implícita nos dados do problema.

Essa desigualdade tem efeitos profundos sobre a economia, a qual deve optar, forçosamente, entre a depressão e o crescimento acelerado, excluindo-se a possibilidade de um desenvolvimento bem comportado. Keynesianamente, diríamos que tal economia tem uma propensão a consumir estruturalmente baixa — baixo efeito multiplicador — que exige uma taxa elevada de formação de capital.

Certas circunstâncias contribuíram para que esse "modelo" operasse satisfatoriamente nos estágios iniciais da presente etapa da industrialização. Em primeiro lugar, por falta de uma indústria pesada na qual apoiar-se, o desenvolvimento do capitalismo agrícola foi discreto, a princípio, acelerando-se a cada volta do parafuso cíclico; em segundo, a industrialização teve início pela indústria leve, o que implicava em elevado emprego de mão-de-obra no processo de formação de capital, já que o D1 do sistema continuava artesanal. Tudo isso combinava-se para manter o desemprego em níveis toleráveis, mesmo nos períodos de baixa conjuntura. Essa situação se inverte, agora, primeiro porque o desenvolvimento do capitalismo no campo se acelera, liberando mão-de-obra maciçamente e, em segundo lugar, porque as atividades responsáveis pelo suprimento dos bens de capital (D1) — indústria pesada, construção civil e agricultura

de exportação — podem elevar muito o seu desempenho, com módicas adições de "fator trabalho".

Resulta que, por efeito do descompasso entre a oferta e a demanda de mão-de-obra, os salários tendem a baixar, tornando a renda ainda mais desigualitariamente distribuída do que antes. Não admira que economistas como o professor Bulhões, que sempre viram no arrocho salarial o remédio para todos os males, vistam agora a camisa do liberalismo, propondo a "livre negociação" salarial. Com milhões de desempregados pesando na balança, o resultado pode ser antecipado, especialmente com o delegado Romeu Tuma de reserva, vigiando para que a greve não se politize, mantendo-se em termos estritamente "econômicos": nada de piquetes, nem de manifestações, cada grevista comportadamente em sua casa.

Com cidades crescendo ao ritmo de mais de três milhões por ano, com uma formação de capital cada vez mais poupadora de mão-de-obra, o esquema de distribuição de renda tende a tornar-se cada vez mais perverso. Nosso problema consiste em saber qual o remédio para isso e, em especial, saber se, por exemplo, um dispositivo pró-redistribuição de renda, incluído na Constituição — pouco importando saber se a velha ou a nova —, pode modificar esse estado de coisas, impedindo que o esquema vigente se torne mais perverso ainda, até que novo "modelo" (nova "dualidade", diria eu) seja implantado. Noutros termos, trata-se de saber se o novo diploma legal virá causar novo modelo ou, ao contrário, apenas homologar o modelo surgido à margem da lei.

Esta última saída parece mais condescizente com nossa experiência histórica.

IGNÁCIO M. RANGEL é economista e formado em Direito, presidente do Conselho Regional de Economia-RJ e autor de vários livros, entre eles "A inflação brasileira".

*folha de São Paulo — 3.08.83*